



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL
Departamento de Infraestrutura Urbana
Divisão de Apoio Técnico

Termo de Referência - NOVACAP/PRES/DU/DEINFRA/DIATEC

TERMO DE REFERÊNCIA
(FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTO)
Processo Administrativo n.º 00112.00014171/2021-19

HISTÓRICO DAS REVISÕES

DATA	VERSÃO	DESCRIÇÃO	AUTOR
29/08/2021	1.0	Criação do Documento	Márcia Angélica de Souza

DADOS DA INSTITUIÇÃO

ÓRGÃO						Nº do C.N.P.J	
Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - NOVACAP						00.037.457.0001-70	
ENDEREÇO:		Setor de Áreas Públicas Sul Lote “B”					
CIDADE:	Brasília	U.F:	Distrito Federal	CEP:	71.215-000	Telefone:	3403-2300

SUMÁRIO

1. DO OBJETO
2. DO QUADRO RESUMO DA CONTRATAÇÃO:
3. DA JUSTIFICATIVA DA AQUISIÇÃO
4. DA REFERÊNCIA E NORMATIVOS
5. DA ESTIMATIVA DE CUSTO
6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA
7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE
8. DA SUBCONTRATAÇÃO
9. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA
10. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA ENTREGA
11. DO PAGAMENTO
12. DO CONTRATO
13. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
14. DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR
15. DA FORMA E DOS PRAZOS DE FORNECIMENTO
16. DOS CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO
17. DA GARANTIA DOS EQUIPAMENTOS
18. DOS CRITÉRIOS DE IMPACTO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE
19. DA MATRIZ DE RISCO
20. DA ELABORAÇÃO E APROVAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

1 - DO OBJETO

1.1 Aquisição de equipamentos, conforme descrição abaixo:

O julgamento e adjudicação do objeto desta licitação será por menor preço.

Devidamente fundamentado nos artigos 58 a 72 e Seção III dos artigos 89 a 92 e incisos do Regulamento de Licitações e Contratos- RLC da NOVACAP.

O certame será distribuído em quatro lotes, conforme a seguir:

LOTES	ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA	UNIDADE	QUANTIDADE
I	1	Viscosímetro Saybolt Furol 220V-50/60Hz,p/2 provas, eletrônico, c/circuito microprocessado, duplo display digital, c/regulagem autom. de temp. de ambiente a 250C, controles independentes p/iluminação e agitação, acompanha 2 frascos receptores e acessórios para limpeza 220V - 50/60Hz. Temperaturas de ensaio selecionáveis em 0,1C	Un.	01
	2	Aparelho medidor de carga de partícula em emulsões asfálticas, corrente regulável +/- 1 a +/-100 mA, timer visual sonoro, indicação da corrente atual em display digital 110/220 V. Acompanha suporte com duas placas de aço inox e copo becker. Conforme NBR 6567.	Un.	01
II	1	Soquete duplo p/ensaio Marshall 220V-60Hz, c/contador de golpes e desligamento automático. Acompanha um molde Marshall instalado em pedestal de madeira. Conforme DNER ME 043	Un.	01
	2	Prensa eletrom. autom. p/ensaio CBR/Marshall e também ensaios genéricos demandem controle da veloc. de subida do prato e medição da deformação. Os resultados são armazenados na memória da prensa, podendo ser visualizados e/ou transferidos p/computador PC. Inclui cel. de carga (5000Kgf) LVDT(25 mm)220V-50/60Hz. Acompanha certificado calibração.	Un.	01
	3	Aparelho p/det. ponto de fulgor, a gás, Cleveland de vaso aberto, não acompanha termômetro. Conforme NBR 11341; MB 50 ASTM D 92; AASHTO T48.	Un.	01
III	1	Banho termostático com cuba de serpentina especial para Penetrômetro Universal Automático .	Un.	01
	2	Peneira 300x75mm, aro em aço inox, abert. 200 (0,075mm)	Un.	01
	3	Peneira 300x100mm, aro em aço inox abert. 3/8"(9,50mm)	Un.	01
	4	Peneira 300x100mm, aro em aço inox abert. 3/4"(19,0mm)	Un.	01
	5	Peneira 300x100mm, aro em aço inox abert. 200(0,075mm)	Un.	01
	6	Peneira 300x100mm, aro em aço inox abert. 100 (0,150mm)	Un.	01
	7	Peneira 300x100mm, aro em aço inox abert. 1/2"(12,5mm)	Un.	01
	8	Peneira 300x100mm, aro em aço inox abert. 80 (0,18mm)	Un.	01
	9	Peneira 300x100mm, aro em aço inox abert. 40 (0,425mm)	Un.	01
	10	Peneira 300x100mm, aro em aço inox abert. 30 (0,59mm)	Un.	01
	11	Peneira 300x100mm, aro em aço inox abert. 16 (1,18mm)	Un.	01

	12	Peneira 300x100mm, aro em aço inox abert. 10 (2,00mm)	Un.	01
	13	Peneira 300x100mm, aro em aço inox 4 (4,75mm)	Un.	01
	14	Molde cilíndrico para moldar c.p. Marshall 100mm. Conforme DNER-ME 043.	Un.	01
IV	1	Kit de acessórios avulso para operação do forno NCAT para extração de ligantes. Composto por cestos de chapa perfurada, equipamentos de proteção individual, gafo para colocação e retirada dos cestos de dentro do forno, etc. Obs: Este item trabalha em conjunto com o Forno NCAT	Un.	01
	2	Forno p/ extração de betume NCAT (National Centre for Asphalt Technology). Capaz de extrair o betume de amostras ate 5000g sem o uso de solventes, calcula o teor de betume em amostra de 1200 a 1800g, entre 30 e 45 minutos c/ precisão de 0,11%, possui filtro cerâmico para eliminar poluentes - conforme ASTM D6307, 220V - 4800W - Esta referência NÃO inclui no fornecimento o kit de acessórios com os cestos e itens de segurança.	Un.	01

2 - DO QUADRO RESUMO DA CONTRATAÇÃO:

O quadro resumo abaixo foi preenchido de acordo com a informação e elementos técnicos constantes deste Termo de Referência.

OBJETO: Aquisição de equipamentos.				
De natureza comum	SIM	X	NÃO	
De prestação continuada	SIM		NÃO	X
Eminentemente intelectual	SIM		NÃO	X
Possui inovação tecnológica ou técnica	SIM		NÃO	X
De Tecnologia da Informação	SIM		NÃO	X
Possui mão de obra exclusiva	SIM		NÃO	X
<p>JUSTIFICATIVA: Esta Divisão - DIATEC, por meio dos laboratórios de materiais, realiza o acompanhamento e controle tecnológico de todas as obras sob responsabilidade da Novacap. Os laboratórios realizam, também, sondagens e estudos geotécnicos diversos, a fim de fornecer subsídios aos setores da Novacap, responsáveis pela elaboração dos diversos projetos de infraestrutura urbana.</p> <p>No dia 06/05/2021, no Laboratório de asfalto, houve uma explosão no equipamento de destilação de tricloroetileno, utilizado nos ensaios de rotina para extração de porcentagem de betume, o que ocasionou a perda total deste.</p> <p>Conforme demanda o Art. 28, § 1º do regulamento de Licitações e contratos da NOVACAP:</p> <p>1 - os bens objeto deste Termo de Referência possuem <u>natureza comum</u>, visto que possuem padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos no Projeto Básico mediante especificações usuais do mercado.</p> <p>A técnica envolvida nestes bens é conhecida, dominada e oferecida pelo mercado do objeto ofertado, de forma que permite a sua descrição de forma objetiva no Projeto Básico incluindo características, quantidades e qualidades padronizadas;</p> <p>2 - os bens objeto da presente contratação não são eminentemente intelectuais e nem são de Tecnologia da informação, visto que se trata de <u>fornecimento de serviços comuns</u>.</p> <p>3 - <u>não se trata de contratação de mão de obra exclusiva</u></p>				

DEMANDA DA CONTRATAÇÃO	
Estimada	

Definida	X
JUSTIFICATIVA: Trata-se de quantidade definida com base no levantamento do quantitativo dos equipamentos, sem previsão de variações.	

FORMA DE FORNECIMENTO	
Entrega única	X
Entrega parcelada	
JUSTIFICATIVA: Trata-se de equipamentos para uso específico, os quais deverão ser entregues de forma única, por se tratar de objetos para uso imediato.	

PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO	SIM		NÃO	X
PARTICIPAÇÃO DE MICRO E PEQUENAS EMPRESAS	SIM	X	NÃO	
JUSTIFICATIVA: A vedação à participação de interessadas que se apresentem constituídas sob a forma de consórcio, justifica-se na medida em que nas contratações de fornecimento de itens comuns é, perfeitamente pertinente e compatível para empresas atuantes do ramo licitado. Além do que, é bastante comum a participação de empresas de pequeno e médio porte, às quais, em sua maioria, apresentam o mínimo exigido no tocante à qualificação técnica e econômico-financeira, condições suficientes para a execução de contratos dessa natureza, o que não tornará restrito o universo de possíveis licitantes individuais. A ausência de consórcio não trará prejuízos à competitividade do certame, visto que, em regra, há formação de consórcios.				

MODO DE DISPUTA	
Aberto	X
Fechado	
Combinado	
JUSTIFICATIVA: Objetivando maior transparência e ampliação da competitividade para o certame.	

VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL PARA A CONTRATAÇÃO - ORÇAMENTO NÃO SIGILOSO	R\$ 251.714,11 (Duzentos e cinquenta e um mil, setecentos e quatorze reais e onze centavos)
JUSTIFICATIVA: Nos termos do Acórdão nº 1502/2018 - Plenário TCU, nas licitações realizadas pelas empresas estatais, sempre que o orçamento de referência for superior ao valor estimado, a divulgação no edital é obrigatória e não facultativa, em observância ao princípio constitucional da publicidade e, ainda, p	

CRITÉRIOS DE JULGAMENTO	
Menor preço (por lote)	X
Maior desconto	
Melhor combinação de técnica e preço	
Melhor técnica	
Melhor conteúdo artístico	
Maior oferta de preço	

Maior retorno econômico	
Melhor destinação de bens alienados	
JUSTIFICATIVA: Visto que o Termo de Referência e o Edital já apresentam critérios mínimos de qualificação técnica/operacional e demais condições que são suficientes para comprovar a capacidade técnica/operacional da empresa a ser contratada, entende-se que neste caso o critério de julgamento de menor preço é o mais adequado.	

REAJUSTAMENTO
Tendo em vista tratar-se de fornecimento com entrega de forma única, não será necessário a previsão de reajustamento. Não será permitido o reajustamento de preços, prevalecendo o valor final adjudicado.

3 - DA JUSTIFICATIVA DA AQUISIÇÃO

3.1 Esta Divisão - DIATEC, por meio dos laboratórios de materiais, realiza o acompanhamento e controle tecnológico de todas as obras sob responsabilidade da Novacap. Os laboratórios realizam, também, sondagens e estudos geotécnicos diversos, a fim de fornecer subsídios aos setores da empresa, responsáveis pela elaboração dos diversos projetos de infraestrutura urbana.

3.2 No dia 06/05/2021, no Laboratório de asfalto, houve uma explosão no equipamento de destilação de tricloroetileno, utilizado nos ensaios de rotina para extração de porcentagem de betume, o que ocasionou a perda total deste.

3.3 Devido à demanda diária de ensaios, é necessário a aquisição imediata do destilador e dos demais equipamentos elencados nesse Termo de Referência, uma vez que a falta destes afetará diretamente o desempenho dos serviços dos colaboradores daquele setor.

3.4 A Defesa Civil do Distrito Federal, esteve no local onde ocorreu a explosão e emitiu Relatório Circunstanciado 10 SEI (61431213), no qual constatou o ocorrido e recomendou providências.

3.5 Portanto, a fim de promover maior eficiência e qualidade aos resultados dos ensaios, bem como o bom funcionamento do Laboratório de asfalto dessa Divisão, é de suma importância a aquisição desses equipamentos.

3.6 Dada a característica comum dos bens, a licitação será realizada na modalidade de pregão eletrônico.

4 - DA REFERÊNCIA E NORMATIVOS

- Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016. Dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- Regulamento de Licitações e Contratos da Novacap - diz respeito a licitações e compras, é dirigido às contratações nas quais a NOVACAP.
- Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, que regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia.
- Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, que institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art.37, inciso XXI da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências.

5 - DA ESTIMATIVA DE CUSTO

5.1 DO PREÇO MÁXIMO

O preço máximo para a presente contratação está estimado em **R\$ 251.714,11 (Duzentos e cinquenta e um mil, setecentos e quatorze reais e onze centavos)**, conforme quantitativos especificados abaixo:

Nº ITEM
I
VALOR (LOTE I) – R\$ 8.662,03
II
VALOR (LOTE II) – R\$ 40.184,79
III

IV	
	VALOR (LOTE III) – R\$ 16.713,76
	VALOR (LOTE IV) – R\$ 186.153,53

5.2 Nos valores propostos deverão estar inclusos todas as despesas com: materiais; encargos sociais; trabalhistas e previdenciários; combustível; transporte; serviço de manutenção; seguro; lucros e todas as demais despesas diretas e indiretas necessárias ao fornecimento do objeto.

5.3 Nos preços unitários dos itens deverão incluir todas as despesas, encargos e tributos pertinentes para cada produto, considerando a entrega efetiva na Novacap.

6 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1 A Contratada deverá cumprir todas as obrigações constantes neste instrumento, assumindo como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes do perfeito fornecimento do objeto;

6.2 Entregar os materiais conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta;

6.3 Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os materiais em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;

6.4 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do fornecimento do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à entidade contratante, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade o valor correspondente aos danos sofridos;

6.5 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao fornecimento dos equipamentos, os seguintes documentos:

- 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
- 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF;
- 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017.

6.6 Comunicar ao gestor responsável pelo recebimento dos materiais, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal que impossibilite a entrega no prazo determinado;

6.7 Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante;

6.8 Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nas especificações dos materiais que fujam às especificações do presente Termo de Referência.

6.9 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;

6.10 Responsabilizar-se pela padronização e pela compatibilidade dos materiais conforme especificações técnicas;

7 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência e seus anexos.

7.2 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços recebidos com as especificações constantes neste documento, para fins de aceitação e recebimento.

7.3 Rejeitar, no todo, fornecimento dos equipamentos entregues em desacordo com o previsto neste documento.

7.4 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de empregado ou comissão especialmente designados;

7.5 Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste Termo de especificação e seus anexos.

7.6 Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017;

7.7 A Novacap não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8 - DA SUBCONTRATAÇÃO

8.1 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório, tendo em vista que o objeto a ser contratado é de natureza comum, de baixa complexidade e, portanto, não se justifica uma subcontratação.

9 - DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

9.1 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

10 - DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA ENTREGA

10.1 O acompanhamento e a fiscalização do fornecimento consistem na verificação da conformidade dos materiais entregues, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma do Regulamento de Licitações e Contratos da Novacap e da Lei nº 13.303/2016.

10.2 A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

10.3 A conformidade do material deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade, unidade de medida e forma de uso.

10.4 O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos art. 223 a 238 do Regulamento de Licitações e Contratos da Novacap.

10.5 O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto no artigo 228 do Regulamento de Licitações e Contratos da Novacap.

10.6 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 76 da Lei nº 13.303/2016.

11 - DO PAGAMENTO

11.1 Pagamentos serão efetuados pela Contratante no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

11.2 O pagamento da obrigação deverá ocorrer no prazo previsto no contrato, limitado a 30 (trinta) dias contados do atesto da Nota Fiscal, que deverá ser emitido em até 5 (cinco) dias após o recebimento da documentação fiscal

11.3 A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência.

11.4 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 246 do Regulamento e licitações e Contratos da Novacap.

11.5 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

11.6 O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- o prazo de validade;
- a data da emissão;
- os dados do contrato e do órgão contratante;
- o prazo de entrega dos bens;
- o valor a pagar; e
- eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

11.7 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

11.8 Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

- Não produziu os resultados acordados;
- Deixou de fornecer os produtos contratados, ou não apresenta a qualidade mínima exigida;
- Deixou de fornecer os equipamentos com a qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

11.9 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

11.10 Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

11.11 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

11.12 Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

11.13 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

11.14 Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

11.15 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

11.16 É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

11.17 Na hipótese de ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela NOVACAP, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX/100) / 365$$

EM = $I \times N \times VP$, onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da Parcela em atraso

12 - DO CONTRATO

12.1 Não haverá exigência de garantia contratual do fornecimento, tendo em vista tratar-se de contra entrega dos materiais.

12.2 A vigência do Contrato será de 180 (cento e oitenta) dias corridos, a partir da data da sua assinatura.

13 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1 São sanções aplicáveis pela NOVACAP:

I – advertência;

II – multa;

III – suspensão temporária de participação em licitação e de impedimento de contratar com a Novacap, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

13.2 A reincidência de atos ensejadores da sanção de advertência poderá acarretar a aplicação de penalidade de suspensão.

13.3 A aplicação de multa não impede que a NOVACAP rescinda o contrato e aplique outras sanções previstas neste REGULAMENTO.

13.4 O valor da multa aplicada após regular processo administrativo será descontado da garantia prestada pela contratada. Configurada a hipótese de ser o valor da multa aplicada superior ao valor da garantia prestada pela contratada, esta responderá pelo pagamento da diferença do valor apurado que poderá ser descontado dos pagamentos eventualmente devidos pela Novacap, ou, ainda, quando for o caso, cobrado judicialmente.

13.5 O não pagamento da multa aplicada pela contratada implicará na aplicação da sanção de suspensão temporária de participação em licitação e de impedimento de contratar com a NOVACAP, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

13.6 As sanções previstas nos incisos I e III do item 13.1 poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, devendo a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, ser apresentada no prazo de 10 (dez) dias úteis.

13.7 O prazo da sanção prevista no inciso III do caput terá início a partir da publicação do ato no Diário Oficial do Distrito Federal.

13.8 A sanção prevista no inciso III do caput implica durante a sua vigência na suspensão do registro cadastral, se existente, ou no impedimento de inscrição cadastral.

13.9 A reincidência da prática de atos puníveis com a penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a NOVACAP, ocorrida em período inferior a 2 (dois) anos a contar do término da primeira punição, implicará no agravamento da sanção a ser aplicada.

13.10 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à contratada, observando-se o procedimento previsto nos artigos de 252 ao 263 do Regulamento de Licitações e Contratos da Novacap.

14 - DA ORIGEM DOS RECURSOS

O valor que vai custear as despesas deste Termo de Referência é proveniente da Lei Orçamentária Anual - LOA, vigente (Lei nº 7.061 de 07/01/2022 - DODF EDIÇÃO EXTRA nº 01-A de 07/01/2022), cujas diretrizes são objeto da Lei 6.934 de 05/08/2021 - DODF EDIÇÃO EXTRA - nº 66-A de 05/08/2021), que serão classificadas orçamentariamente, conforme abaixo:

Programa de Trabalho: 15.122.8209.8517.0001 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS

Natureza da Despesa: 33-90-30

Valor: R\$ 5.827,25

Fonte de Recursos: 100

Programa de Trabalho: 15.122.8209.8517.0001 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS

Natureza da Despesa: 44-90-52

Valor: R\$ 245.886,86

Fonte de Recursos: 100

15 - DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

15.1 Os critérios de aceitabilidade de preços serão: Menor Preço.

15.2 O critério de julgamento da proposta é o menor preço.

15.3 Não serão aceitos itens unitários cujos valores sejam superiores aos estimados nos termos deste Termo de Referência.

15.4 A Licitante, primeira classificada, deverá apresentar catálogo dos produtos ofertados, sob pena de desclassificação, a ser entregue no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, a contar da convocação do pregoeiro, para avaliação técnica de compatibilidade e adequação às especificações do objeto licitado, visando garantir a padronização e a qualidade, conforme especificações.

16 - DA FORMA E DOS PRAZOS DE FORNECIMENTO

16.1 Os materiais descritos nesse Termo de Referência, deverão ser entregues no Almoxarifado da Novacap, situado no Setor de Áreas Públicas Sul Lote "B", HORÁRIO: 08:00 às 11:00 e das 13:00h às 16:00h, CEP: 71.215-000 - Brasília-DF, em até 120 (cento e vinte) dias para o Forno NCAT e de 45 (quarenta e cinco) dias para os demais equipamentos, após a data da assinatura do contrato ou emissão de nota de empenho;

16.2 Após o recebimento e conferência, em caso de necessidade de substituição, a contratada deverá promover a correção ou substituição dos itens recusados no prazo de até 15(quinze) dias, após a formalização da solicitação;

16.3 A CONTRATADA deverá responsabilizar-se pelo fornecimento, frete e seguros dos equipamentos, sem ônus adicional para a NOVACAP.

16.4 A contratada poderá solicitar prorrogação de prazo da entrega do objeto licitado, apresentando as devidas justificativas, cabendo ao executor do contrato, que a submeterá ao Diretor Administrativo ou Diretor da área demandante, cabendo a este último a deliberação acerca da demanda.

16.5 Constituirá descumprimento contratual entregas em desacordo do que o estabelecido no item 10.1.

16.6 Os bens objeto deste Termo de Referência, deverão ser entregues acompanhados de nota fiscal, ou seja, de acordo com a Nota de Empenho, constando o número do Pregão Eletrônico, a especificação do bem, o valor unitário, a quantidade, unidade de medida, o valor total e o local da entrega, além das demais exigências legais;

16.7 Deverão ser adotados critérios e práticas de sustentabilidade, em conformidade com a Lei nº 13.303/2016.

16.8 Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.

17 - DOS CRITÉRIOS DE recebimento

17.1 O recebimento somente será considerado concluído mediante a emissão de termo de recebimento definitivo.

17.2 Os equipamentos serão recebida da seguinte forma:

a) **provisoriamente**, para efeito de posterior verificação da conformidade dos produtos com a especificação;

b) de **forma definitiva**, após a verificação da qualidade e quantidade dos produtos e consequente aceitação nos termos constantes da nota de autorização de despesas, com a devida validade da conformidade pela área demandante.

17.3 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

17.4 A Nota fiscal deverá ser descritiva, contendo marca, fabricante, validade, nº da Ordem de Fornecimento, N° da Nota de Empenho, dados da conta bancária para depósito do pagamento, bem como as retenções tributárias, assim como as informações previstas no item deste Projeto Básico. A empresa contratada só poderá emitir Nota Fiscal após a emissão da respectiva nota de empenho.

17.5 É de responsabilidade da empresa vencedora, o transporte do produto, ter conhecimento e cumprir todas as normas que regulamentam o acondicionamento e transporte dos materiais, incluindo-se a carga e descarga;

17.6 É de responsabilidade do fornecedor, disponibilizar às pessoas encarregadas pela descarga dos produtos, equipamentos de proteção ou afins que se fizerem necessários. Além de arcar com todos os tributos oriundos do transporte, entrega e fornecimento.

17.7 Os produtos devem estar de acordo com as especificações técnicas e normas exigidas neste Termo de Referência. Caso o(s) produto(s) não atenda(m) as especificações previstas anteriormente mencionadas, os mesmos serão recusados e devolvidos aos fornecedores, às expensas do mesmo para substituição, devendo a empresa dar a destinação adequada ao produto devolvido.

17.8 Os responsáveis pelo recebimento do produto poderão, se assim julgar necessário, solicitar parecer técnico especializado de pessoa qualificada, para análise da qualidade do produto, bem como se está em conformidade com o descrito neste instrumento.

18 - Da garantia dos equipamentos

18.1 – A Contratada deverá disponibilizar, detalhadamente, a garantia dos equipamentos fornecidos, cujo prazo não poderá ser inferior a 12 (doze) meses, contados a partir do recebimento definitivo;

18.2 - Deverá fornecer certificados de garantia, por meio de documentos próprios ou anotação impressa ou carimbada na respectiva Nota Fiscal;

18.3 - A substituição do produto acarretará a renovação da garantia por mais 12 (doze) meses;

18.4 - O termo de garantia ou equivalente deverá esclarecer de maneira objetiva em que consiste, bem como a forma, o prazo e o lugar em que poderá ser exercitado o ônus, a cargo do contratante, devendo ser entregue, devidamente preenchido pelo fabricante, no ato do fornecimento, acompanhado de manual de instalação e uso do produto.

19 - DOS CRITÉRIOS DE IMPACTO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE

19.1 Deverá ser observado, quando das contratações de bens, serviços e obras, o atendimento às normas técnicas, elaboradas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), nos termos da Lei nº 4.150/62, bem como outras similares tudo com o objetivo de aferir e garantir a aplicação dos requisitos mínimos de qualidade, utilidade, resistência e segurança dos materiais utilizados.

20 - DA MATRIZ DE RISCO

20.1 Consta como anexo I deste documento.

21- DA ELABORAÇÃO E APROVAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

Elaborado por:

Márcia Angélica de Souza

DIATEC/DEINFRA – DU

De acordo com as informações do presente Termo de Referência:

Aurélio Rodrigues de Castro

Chefe DIATEC- DU

André Luiz Oliveira Vaz

Diretoria de Urbanização - DU

Aprovo o presente Termo de Referência, conforme informações emitidas pela área técnica e demandante.

Diretoria de Administrativa - DA



Documento assinado eletronicamente por **MÁRCIA ANGÉLICA DE SOUZA - Matr.0074636-3, Técnica em Edificações**, em 08/02/2022, às 14:32, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **AURÉLIO RODRIGUES DE CASTRO - Matr.0074787-4, Chefe da Divisão de Apoio Técnico**, em 08/02/2022, às 15:33, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **79567723** código CRC= **A4D97630**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Setor de Áreas Públicas - Lote B - Bairro Guará - CEP 71215-000 - DF

3403-2327